

# QUESTIONANDO GÊNERO COMO IDEOLOGIA: juventudes no Brasil e direitos sexuais e reprodutivos

Mary Garcia Castro<sup>01</sup>

## RESUMO

Acessa-se a onda conservadora, fundamentalista que codifica gênero como ideologia, discutindo que gênero se alinha a um paradigma de conhecimento modelado na complexidade, inclusive do que se entende por direitos sexuais e reprodutivos. Não é uma ideologia, se entendido tal termo como uma “falsa consciência de materialidades vividas”. Já o que fundamentalistas chamam de “ideologia de gênero” para combater perspectiva de gênero nas escolas, é, sim, parte de um paradigma sexista, um paradigma da simplificação, que dicotomiza e hierarquiza o mundo das relações sociais e sexuais. Neste texto sublinho, considerando dados sobre juventudes-sexualidades e condições de vida- e através de debate sobre direitos sexuais e reprodutivos, que o feminismo, recorrendo a gênero, é um paradigma que enlaça conhecimentos complexos e tem muito que contribuir tanto para debate sobre direitos das mulheres, combate a vários tipos de violências como para remodelação de projetos que afetam todas, todos, combinando questões sobre desejo, subjetividade, liberdade, e, perspectiva mais alinhada ao feminismo emancipacionista, sistemas de classe, raça, gênero e domesticação de vontades. É contra paradigmas simplificadores da realidade que manipulam medos e inseguranças inclusive sobre o além.

**PALAVRAS CHAVES:** Gênero, paradigmas do conhecimento, ideologia, direitos sexuais e reprodutivos, juventudes

## ABSTRACT

The conservative, fundamentalist wave that encodes gender as an ideology is hereby

discussed. The argument is that gender is related to a paradigm of knowledge modeled in complexity. It is not an ideology, if understood such term as a “false consciousness of lived materialities”. What fundamentalists call “gender ideology” to combat the gender perspective in schools, is part of a paradigm of simplification that dichotomize into hierarchies social relations and sexualities. In this text, I argue, taking into account data on youth and through debate on sexual and reproductive rights, that feminism, by using the concept of gender built a complex knowledge. This contributes to both women’s rights, combating various types of violence as for remodeling projects that affect all, combining questions about desire, subjectivity, freedom. Specially a feminism related to emancipation, also address class, race, gender, and domestication of the critical approach on different issues. It is a work in progress against reality simplification based on fear and insecurities.

**KEY WORDS:** Gender, ideology, feminism, sexual and reproductive rights, youth

## INTRODUÇÃO

Um dos desafios para o campo da educação hoje é compreender que a onda neoconservadora que assola vários países, e que no Brasil tomou a forma de um golpe político-econômico-cultural instalando um regime de exceção a partir de 2015, e agora legitimado pelas últimas eleições, precisa para se sustentar de uma “(des) educação” domesticadora, contra o livre pensar, o pensamento crítico, ou seja contra o saber pensar para o saber agir e que tal golpe mescla capitalismo neoliberal com patriarcado.

Se o capitalismo neoliberal ataca o Estado

de bem-estar, apoia-se na lei do mercado, em privatizações e na precariedade do trabalho, já o patriarcado<sup>02</sup> é entendido como a supremacia masculina, castradora de desejos e sexualidades que não se alinham à heteronormatividade. Apoia-se no poder do macho, do pai, da lei/autoridade, ou seja, em instituições e ideologias que consideram a mulher como objeto de reprodução e não sujeito de desejos e de escolhas próprias; e o gay, transexual, travesti como “invertidos”, ideias que vêm sendo defendidas pelo fundamentalismo religioso.

Não ao azar, tanto o golpe de base conservadora como uma Igreja patriarcal no Brasil combatem conquistas feministas, como perspectivas sobre gênero, exaltando a mulher cuidadora, a do “lar” como se essa não gostasse ou aspirasse também estar no bar. Governo neoliberal e igreja fundamentalista contribuem para violências físicas, verbais, simbólicas, ou seja, aquelas em que as vítimas indiretamente colaboram para sua opressão, comumente pela sedução de ideias sobre maternidade, amor romântico e proteção familiar. O patriarcado é um sistema de opressão de gênero, entendido como construção social sobre relações entre o sexo e sua perflilhação cultural e normativa. O patriarcado é contra mulheres, gays, lésbicas, transgêneros e outros que não se alinham à heteronormatividade. Ser contra o patriarcado não é ser contra à família, às relações sociais afetivo-sexuais entre homens e mulheres ou ser contra filiações religiosas e espirituais.

Note-se que a mulher se tornou um dos alvos privilegiados de perseguição do atual governo no Brasil, e os direitos sexuais e reprodutivos objeto de censura e simplificação, como indica a recente posição desse governo no encerramento da 63ª sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher, em um dos maiores e mais importante encontros das Nações Unidas sobre direitos das mulheres, que reuniu mais de 5.200 representantes da sociedade civil e 1.800 delegados de governo em Nova York entre 11 e 22 de março de 2019:

O governo brasileiro se posicionou contra menções ao direito ao acesso universal a serviços de saúde reprodutiva e sexual presentes em um documento elaborado por uma conferência da ONU (Organização das Nações Unidas) por entender que estas expressões podem

01 Pesquisadora da equipe da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO), Sede Brasil. Professora aposentada da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e colaboradora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Jequié-Bahia, Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas na Contemporaneidade co bolsista CAPES- castromg@uol.com.br  
Uma versão primeira deste texto foi publicado em Cadernos da Flaco-Brasil, n 14, 2018

02 Sobre o conceito de patriarcado, Saffioti recorre a Pateman, para quem: “A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação [...] O pacto original é também um contrato sexual quanto social; é social no sentido de patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres –, e também sexual no sentido de estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres. O contrato original cria o que chamarei, seguindo Adrienne Rich de “lei do direito sexual masculino”. O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado; ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno” (PATEMAN, 1988, p. 16-17 apud SAFFIOTI, 2004, p. 53-54)

dar margem à “promoção do aborto.”<sup>03</sup>

Tal postura bem ilustra a simplificação do que se entende por direitos sexuais e reprodutivos, tema mais discutido neste texto, indicando sua complexidade, bem como desconhecimento da situação de tantas mulheres jovens. Já em 2013, relatório das Nações Unidas, baseado em pesquisa internacional indicava que cerca de 15 em cada 100 adolescentes grávidas fazem aborto<sup>04</sup>. Estima-se que “a cada dois dias, uma mulher morre vítima de aborto inseguro no Brasil”<sup>05</sup>

Gênero se alinha a um paradigma de conhecimento modelado na complexidade, não simplificando ou ficando nas aparências e não é uma ideologia, se entendido tal termo como uma “falsa consciência de materialidades vividas”. Já o que fundamentalistas chamam de “ideologia de gênero” para combater perspectiva de gênero nas escolas, é sim parte de um paradigma sexista, um paradigma da simplificação, que dicotomiza e hierarquiza o mundo das relações sociais e sexuais. É um gênero de

ideologia que há muito é defendida por dogmas religiosos, como o “pariás com dor”, que associa prazer a pecado, que estigmatiza a mulher como a amiga da serpente – a que trouxe vários males ao mundo- que reduz a mulher à agente de reprodução e/ou a cuidadora (noção de mãe, ideologizada) e que considera a família como uma instituição que se sustenta pela autoridade do pai/marido, além de formatar Igrejas como organizações masculinas. Segundo a filósofa/teóloga Ivone Gebara, uma expoente do grupo feminista “Católicas pelo Direito a Decidir”:

Percebi que o monoteísmo, em especial o cristianismo e particularmente o catolicismo são muito marcados pela figura do Deus Pai, que eles dizem ser “puro espírito”, mas que na verdade é um espírito controlado pelo masculino. Afinal as autoridades que se julgam representantes de Deus e que falam em seu nome são homens (GEBARA, 2017, p. 14).

Neste texto sublinho, através de debate

sobre direitos sexuais e reprodutivos, que o feminismo, recorrendo a gênero, é um paradigma que enlaça conhecimentos complexos e tem muito que contribuir tanto para direitos das mulheres, combate a vários tipos de violências como para remodelação de projetos que afetam a todas e todos, combinando questões sobre desejo, subjetividade e liberdade. Sendo que correntes feministas que discutem emancipação como um projeto para todos/todas, acessando sistemas de classe, raça, gênero e domesticação de vontades questionam além do patriarcado, o racismo e o sistema de classes sociais próprio do capitalismo. É contra paradigmas simplificadores da realidade que manipulam medos e inseguranças inclusive sobre o além. Sobre como o paradigma da complexidade se opõe ao da simplificação ou da simplicidade, recorro a Edgar Morin e Le Moigne (apud VASCONCELOS, 2009 in CASTRO, 2012). Morin questiona como “paradigma da simplicidade”, o saber convencional, que se apegua à tradição, que inspira a fragmentação e o hermetismo atual das

03 In <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47675399>, consultado em 01/04/2019

04 In <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2013/07/11/quinze-em-cada-cem-adolescentes-gravidas-faz-aborto-diz-onu.htm> consultado em 01.04.2019

05 In <https://catracalivre.com.br/cidadania/8-dados-chocantes-sobre-o-aborto-no-brasil-que-voce-precisa-saber/> consultado em 01.04.2019



ciências. Apoiar-se em ideários que se pretendem normativos, que se fixam em verdades e determinismos, fogem do novo, do emergente, e não dialogam com outros conhecimentos. Morin (Morin e Le Moigne, op.cit), entende por complexidade o que foi tecido junto. De fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto do conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, as partes entre si.

Para melhor ilustrar contribuições do feminismo, sua ênfase em gênero e sexualidade, para que se saia de simplificações quanto direitos sexuais e reprodutivos, focaliza-se a seguir tais conceitos, assim como sobre juventudes e escola.

Insisto nos desafios de disputas de ideias, algumas como a que se trava com a Igreja de orientação fundamentalista e com o governo, na sua atual formação que vem orientando campanhas contra gênero nas escolas, o que

pede mais investimento unificado de forças progressistas, em especial entre juventudes, pois é essa geração que mais seria prejudicada com um retrocesso no avanço do pensar criticamente, ter o reconhecimento do outro/ outra como parâmetro civilizatório e com o engessamento da escola por domesticação.

Ao final, volto ao debate sobre gênero como um saber inscrito no paradigma da complexidade versus a perspectiva que recorre a um pré-conceito, "ideologia de gênero", identificando estereótipos enviesados por simplificações.

## 2. DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

É de amplo reconhecimento que no campo dos direitos sexuais e reprodutivos foram muitas e significativas, não somente para as mulheres mas para a humanidade, as conquistas por lutas feministas. Inclusive o próprio conceito de direitos sexuais e reprodutivos é uma destaca-

da conquista no campo dos direitos humanos. Só em 1997, por ocasião do XV Congresso Mundial de Sexologia, em Hong Kong, foi instituída a Declaração dos Direitos Sexuais.

De acordo com a Declaração dos Direitos Sexuais, "sexualidade é uma parte integral da personalidade de todo ser humano"<sup>06</sup>. Assim sendo, inclui: Direito de escolher o(a) parceiro(a) sexual; Direito de viver plenamente a sexualidade sem medo, vergonha, culpa e falsas crenças; Direito de viver a sexualidade independentemente de estado civil, idade ou condição física; Direito de escolher se quer ou não quer ter relação sexual; Direito de expressar livremente sua orientação sexual: heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, entre outras; Direito de ter relação sexual independente da reprodução; Direito ao sexo seguro para prevenção da gravidez indesejada e de DST/HIV/AIDS; Direito a serviços de saúde que garantam privacidade, sigilo e atendimento de qualidade e sem discriminação; Direito à informação e à educação sexual e reprodutiva.

O século XXI presencia o avanço do reco-

<sup>06</sup> Ver Declaração na íntegra em Associação Mundial para a Saúde Sexual, Declaração dos direitos sexuais. In <http://www.worldsexology.org/wp-content/uploads/2013/08/DSR-Portugese.pdf>, consultado em 18.02.2019



nhcimento legal de direitos das mulheres e da agenda do feminismo para uma “revolução” de costumes e ideias em nível internacional e a importância de serviços públicos como os de saúde e de educação sobre direitos sexuais e reprodutivos, tendo a mulher como sujeito na formulação desses. Destaco no plano do conhecimento, ou seja, em termos epistemológicos, algumas contribuições do feminismo, hoje respeitável área do conhecimento:

a separação da sexualidade da reprodução;

a reivindicação da maternidade como uma opção;

a apropriação do corpo, saindo da esfera das representações ou melhor de construções sociais normatizadoras e restritivas;

a possibilidade de ser sujeito de desejos e de prazeres, inclusive não mapeados e questionar dicotomias e binarismos, como o estar homem ou o estar mulher, por desidentificações quer em relação à natureza quer em relação à cultura;

identificação de vários tipos de violências sofridas por crianças, mulheres e homens, em especial os tidos como não restritos a uma orientação sexual heteronormativa e militância por políticas públicas no campo dos direitos sexuais e reprodutivos.

Mas essas conquistas, por lutas feministas, se contam com histórias de embates, não podem ser etiquetadas de batalhas vencidas, pois pedem vigilância e avanço contínuo e contam hoje, como no passado, com significativos adversários, poderes que podem acionar oposições, em micro e macro políticas, como o patriarcado, a Igreja, o saber médico, o Estado, o sistema econômico político assim como ideologias sobre família, amor romântico e afetos.

Saffioti (2004) se refere a uma economia política da sexualidade, o que sugere que uma sexualidade libertária, se enriquecida por pontos de vista feministas, esbarra na materialidade de condições de vida, em intersecções de sistemas normatizadores de relações sociais, como os informados na raça, no gênero e na classe e por dogmas apoiados em símbolos, afetos e religiões. Insisto, as conquistas em direitos sexuais e reprodutivos são também ameaçadas por fundamentalismos de ordem religiosa, o que mais elaboro a seguir tendo como referência juventudes nestes tempos.

### 3. JUVENTUDES: DESAFIOS

Aterrissando em desafios atuais friso a atualidade das recomendações dos jovens ativistas no campo das políticas públicas para juventudes (PPJs), considerando que saúde, e em particular direitos sexuais e reprodutivos foi um dos temas mais discutidos em todo país quando da preparação da Conferência Nacional de Políticas de Juventude em 2008. Note-se que entre 11 principais prioridades da Conferência Nacional de Políticas de Juventude, por 378 votos, os 1850 participantes dessa Conferência acolheram proposta do grupo de Jovens Feministas, relacionada a direitos sexuais e reprodutivos, qual seja: “Implementar políticas públicas de promoção dos direitos sexuais e direitos reprodutivos das jovens mulheres, garantindo mecanismos que evitem mortes maternas, aplicando a lei de planejamento familiar, garantindo o acesso a métodos contraceptivos e a legalização do aborto”<sup>07</sup>.

Já a 18ª bandeira alçada à prioridade das juventudes na I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Juventude se referia à ‘cidadania gay’: Incentivar e garantir à SENASP/MJ, incluir o respeito à livre orientação afetivo-sexual e de identidade de gênero, em todas as esferas dos cursos de formação dos operadores/as de segurança pública e privada, em nível nacional, estadual e municipal, no atendimento e abordagem, com ampliação da Delegacia de Crimes Raciais e Intolerância (DECRADI)<sup>08</sup>.

Na 2ª Conferência Nacional de Políticas para a Juventude, destacou-se a reivindicação pela: “Implementação do Plano Nacional de Saúde Integral da População de lésbicas, gays, bissexuais e travestis (LGBT) para a superação de vulnerabilidade de saúde dos jovens de 15 a 29 de idade”<sup>09</sup>.

Parodiando Foucault (1984), nunca se falou (e se fez) tanto sexo como nestes tempos, principalmente entre jovens, e sobre corpos jovens, mas repressões, violências, codificações da sexualidade se reproduzem, com outras modelações.

Conhecidas como geração Y e Z, aquelas com mais acesso à internet e poder aquisitivo, algumas juventudes modelam sexualidade por performances anunciadas como buscas que se afastam de parâmetros de amor romântico e flexibilizam fronteiras entre o público e o privado, é o sexo anunciado. Já outras juventudes seguem caminhos diferentes, entrelando sexo e amor. Outras militam em várias frentes, estão em ocupações de escolas, discutem sobre a perspectiva queer, reinventam projetos por

sexualidade libertária, diversificando por fraternias, classe e tipos de família. E muitas jovens negras rebelam-se como suas sexualidades são representadas e coisificadas, carne com valor no mercado:

Nas raras ocasiões em que a sociedade expressa algum desejo por mulheres negras, é quase sempre pela ideia de que a mulher negra é um ‘sabor diferente’ e ‘mais apimentado’ de mulher. O corpo feminino negro é hipersexualizado e considerado exótico e pecaminoso. Quem nunca ouviu falar que a mulher negra tem a ‘cor do pecado’? (ARRAES, 2013, p 5)

Hoje a marca seria o não ter marcas, o domínio da diversidade, limitada por desigualdades e feminismos jovens, também em se fazendo. Movimentos de jovens destacam a escola como um ambiente em que se reproduzem LGBTTO+ fobias<sup>10</sup> e violências, muitas pautadas no nexa patriarcalismo e neoliberalismo.

A prática de violências contra homossexuais nas escolas é antiga. Os insultos, xingamentos homofóbicos, são encontrados constantemente nas escolas, “biroba, bicha, Barbie girl, Maria macho, Maria João” entre outros, bem como o silêncio de professores em relação a tais violências verbais, tidas como “brincadeiras” (ver entre outras pesquisas sobre violências nas escolas ABRAMOVAY; CUNHA; CALAF, 2009).

São formas de desprestigiar aqueles e aquelas que saem da heteronormatividade social validada nas escolas, na família, na mídia e em outros ambientes. São discriminados por trejeitos, maneira de falar, de se vestir. A violência verbal e humilhações reproduzem a ordem moral da sociedade, tendente a binarismo e discriminações, reforçando o sofrimento e comprometendo o presente e o futuro de crianças e adolescentes.

Na pesquisa sobre “Juventudes, Gênero e Sexualidades nas escolas”, ponderamos (CASTRO; ABRAMOVAY; SILVA; REIS, 2017, p 132):

A sexualidade presente na escola transita pelos corredores nas conversas dos alunos, falas, nas portas dos banheiros, nos grafites e pichações produzidos pelos jovens, nas piadas e brincadeiras, na linguagem gestual, ou nas atitudes dos professores e alunos em sala de aula (LOURO, 2010), entretanto, há de se perceber que as mesmas mentes que comunicam a sexualidade nos espaços escolares são moldadas e preparadas

07 Ver Conselho Nacional de Juventude e Secretaria Nacional de Juventude. Propostas da I Conferência Nacional de Políticas de Juventude-Biblioteca Digital de Juventude. In <http://bibju-ventude.ibict.br/jspui/handle/192/193>, consultado em janeiro 2019.

08 Ver sobre as 22 prioridades da 1ª Conferência. em: <<http://www.jsb.org.br/anexos/3.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

09 Ver sobre eixos de reivindicações da 2ª Conferência, <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-12-12/conferencia-nacional-de-juventude-termina-com-pedido-demaioir-espaco-politico>>. Acesso em: 13 fev. 2019

10 LGBTTO+ fobias: fobias à lésbicas, gays, transexuais, transgêneros, intersexos e pessoas com orientação queer

para aprender a ser homem ou mulher, sufocando qualquer outra sexualidade que começa por despertar ocasionando exclusão e melindres por parte daqueles que estão à sua volta.

Pesquisa realizada pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), no interior de São Paulo, divulgada em 2017, mostrou que 32% dos homossexuais entrevistados afirmaram sofrer preconceito dentro das salas de aula e também que os educadores ainda não sabem reagir apropriadamente diante das agressões, que podem ser físicas ou verbais, no ambiente escolar. Tanto os resultados dessa pesquisa como a chamada de sua coordenadora, Professora Viviane Melo de Mendonça para a importância de educação com perspectiva de gênero nas escolas vão na mesma linha de tantas outras como as que desde 2004 vimos realizando:

A urgência de uma educação anti LGBT-TIQfóbica na escola se impõe e vem sendo há muito defendida por diversos pesquisadores, considerando a dor que as práticas de ódio vêm causando em tantas crianças, adolescentes e jovens. Inclusive para que as leis bem-intencionadas de respeito a direitos civis dos homossexuais encontrem acolhida no imaginário social. Assim como se faz necessário que tal educação se paute por enfoques de gênero, ressaltando singularidades inclusive de identidades no lesbianismo e a reprodução de divisões sexuais e hierarquias. A escola viria deixando de lado o desenvolvimento de capacidades por um 'sentir pensante'<sup>11</sup> crítico, que colabore no fazer escolhas, que combine o reconhecimento de vulnerabilidades sociais e a importância de proteção amiga, não castradora, considerando-se que o exercício de autonomia requer tanto ambiências protegidas como que se oportunize a liberdade e a capacidade de se fazer escolhas (CASTRO; ABRAMOVAY; SILVA; REIS, 2017, p. 23).

Insiste-se que há indícios de que se diversificam e se visibilizam formas de viver a sexualidade, subversões acionadas por jovens contra formas repressivas, e que a influência da herança feminista é notável. Mas ainda predominam as tendências a assimetrias por conta de gênero/classe/raça. São nas escolas gritantes as reproduções de divisões sexuais de poder, e casos de violências contra gays e mulheres jovens, inclusive nas relações afetivo e sexuais. Violências que possivelmente tenderão a ser

legitimadas, considerando a campanha em curso contra estudos sobre gênero, saber que se destaca por combate a violências relacionadas à sexualidade e às relações sócio sexuais.

A campanha conservadora contra o que se demoniza como "ideologia de gênero", defendendo como a única norma possível a heterossexualidade vem contraventos libertários, debate crítico sobre estereótipos em relação ao que seria ser mulher e ser homem, questionando desigualdades sócio sexuais. As escolas têm sido alvo privilegiado de tal ataque e em tal campanha vem se divulgando pós verdades como a ideia de que uma educação em gênero retiraria a autoridade da família ou que propiciaria a pedofilia. O mais terrível é o apelo para a religiosidade do povo e a autoridade de religiosos junto a famílias, em especial de baixo poder aquisitivo.

A confusão entre gênero, como perspectiva sobre respeito ao outro, a outra; ênfase em direitos sexuais e reprodutivos; combate a violências várias contra homossexuais, transexuais com a ideia simplificadora de que gênero seria um conhecimento contra a família, a favor da pedofilia e da exploração sexual das crianças bem denota uma leitura enviesada sobre gênero e o reconhecimento de sua importância nas escolas.

Segundo escrito da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 2015, dirigido a vereadores contra uma perspectiva de gênero nos planos municipais de educação:

Essa ideologia [de gênero] comporta diversos inconvenientes para a educação: (1) a confusão causada nas crianças no processo de formação de sua identidade, fazendo-as perder as referências; (2) a sexualidade precoce, na medida em que a ideologia de gênero promove a necessidade de uma diversidade de experiências sexuais para a formação do próprio 'gênero'; (3) a abertura de um perigoso caminho para a legitimação da pedofilia, também considerada um tipo de gênero; (4) a banalização da sexualidade humana podendo aumentar a violência sexual, sobretudo contra mulheres e homossexuais; (5) a usurpação da autoridade dos pais, em matéria de educação de seus filhos, principalmente em temas de moral e sexualidade, já que todas as crianças serão submetidas a influência dessa ideologia, muitas vezes sem o conhecimento e o consentimento dos pais<sup>12</sup>.

Ora, tal pronunciamento sobre o que chamam "ideologia de gênero" desconhece a complexidade de vivências de juventudes em relação à sexualidade e a orientação da perspectiva de gênero nas escolas contra violências, insiste-se.

Fala-se em precocidade da sexualidade e se desconhece que em grande medida a chamada 'gravidez precoce' se associa a ideias românticas sobre sexualidade e à falta de debates sobre respeito, dignidade da mulher, autoestima e prevenção, ou seja, à falta de uma educação sexual com perspectiva de gênero.

A fecundidade entre as mulheres jovens, na faixa entre 15 e 19 anos vem crescendo com mais intensidade a partir dos anos 80. Para 2004 tinha -se que cerca de 107 mil adolescentes e jovens no ensino médio e dois últimos anos do fundamental, nas 14 principais cidades do país, ou seja, 22% da população feminina entre 10 e 24 anos naqueles níveis escolares já haviam ficado grávida, (dados para 2002 da pesquisa da UNESCO, in CASTRO; ABRAMOVAY; SILVA, 2004). Sobre o tema tem-se que:

☒ em 2012, 26,8% da população sexualmente ativa (15-64 anos) iniciou sua vida sexual antes dos 15 anos no Brasil;

☒ cerca de 19,3% das crianças nascidas vivas em 2010 no Brasil são filhos e filhas de mulheres de 19 anos ou menos;

☒ em 2009, 2,8% das adolescentes de 12 a 17 anos possuíam 1 filho ou mais;

☒ em 2010, 12% das adolescentes de 15 a 19 anos possuíam pelo menos um filho (em 2000, o índice para essa faixa etária era de 15%). (Dados in UNFPA, 2013).

Cerca da metade dos nascidos vivos de mães entre 15 e 19 anos, com a maior probabilidade vivem em famílias sem a presença do pai biológico. A gravidez entre adolescentes e jovens tem um perfil social próprio: estima-se que mais da metade das adolescentes de 15 a 19 anos, sem nenhum ano de escolaridade, já tenham se tornado mães. A taxa de fecundidade das jovens com mais baixo rendimento (menos de um salário mínimo) era de 128 por mil mulheres, entre as jovens com rendimentos mais altos (10 salários mínimos ou mais), a taxa de fecundidade baixaria para 13 por mil, segundo Camarano (1998) para a década de 1990 e vários estudos indicam que tal quadro não se alterou muito nos períodos mais recentes, a maior proporção de fecundidade está entre adolescentes de baixa renda e baixa escolaridade.

Existe um vazio, inclusive no plano de políticas públicas, por uma educação que colabore em questionar formas de pensar e viver

11 Expressão de Eduardo Galeano sobre a necessidade de um conhecimento latino-americano que reúna a reflexão intelectual, emoções e empatia em relação à dor do outro/a.

12 Artigo de Dom Murilo S. R. Krueger, "Prezados vereadores". Jornal A Tarde, Salvador Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/opiniaõ/noticias/1690446-prezados-veredores>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

a sexualidade, que invista na autoestima das mulheres jovens e na formação de uma massa crítica juvenil. O universo feminino juvenil, suas referências culturais, os sentidos de seus corpos são silenciados por uma educação pouco crítica ou por valores de uma “adultocracia” bem-intencionada, mas distante de tal universo. Possivelmente tal quadro irá piorar com o atual governo, com o empobrecimento da população, a não discussão sobre relações de gênero na escola e em especial sobre violências de gênero/classe e raça nas escolas.

Concorda-se com o texto da CNBB sobre a importância da família na orientação sexual, contudo que família se tem como referência? Segundo CAMARANO (1998: p 109-134): “Não necessariamente toda família é fonte de proteção ou pode exercer tal papel”.

De fato, que meios o Estado, o mercado e a Igreja concedem às famílias contra às vulnerabilidades sociais sofridas por jovens e crianças? Cerca de 30% dos jovens no Brasil em 2013 viviam em famílias em situação de pobreza extrema (famílias sem rendimentos ou com até 1/2 salário mínimo de renda familiar per capita). Nesse estrato estariam 20% dos jovens reenseados como brancos e 33% como “pardos”, “pretos” e “morenos”, segundo dados da então Secretaria Nacional de Juventude<sup>13</sup>

Segundo o “Mapa da Violência de 2015: homicídios de mulheres”, organizado pelo pesquisador Júlio Jacobo Waiselfisz, sobre atendimentos nos hospitais de casos de violência doméstica, registrados através do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Ministério da Saúde (que documenta os atendimentos do Sistema Único de Saúde (SUS) no campo das violências), o registro de que os atendimentos por violência doméstica, sexual

e/ou outras violências registrados no SINAN, em 2014, foram atendidas 223.796 vítimas de diversos tipos de violência. Duas em cada três dessas vítimas de violência (147.691) foram mulheres que precisaram de atenção médica por violências domésticas, sexuais e/ou outras. Isto é: a cada dia de 2014, 405 mulheres demandaram atendimento em uma unidade de saúde, por alguma violência sofrida. Destaca-se no Mapa que a maior taxa de atendimento está registrada entre os de 12 e 17 anos de idade: 18,0 atendimentos por 10 mil adolescentes de ambos os sexos.

A proibição do conceito de gênero nos planos de educação estaduais e municipais se embasa no disciplinar, nos dois sentidos, controlar vontades e corpos e eleger um conhecimento, não laico como o pensamento único. O debate sobre gênero em perspectiva feminista crítica do patriarcalismo e ênfase na sua relação com classe e raça, como saber em aberto ilustra a meu juízo a construção de um conhecimento complexo que se embebe de uma epistemologia feminista em se fazendo. Já o saber que se pretende normativo que fundamentalistas e o pensamento conservador estigmatiza como “ideologia de gênero”, advogando princípios criacionistas, determinismos da natureza, do sexo, negando especificidades político-culturais do ser ou estar homem ou ser ou estar mulher e assimetrias de poder, subordinando mulheres e os não inscritos em uma lógica heteronormativa, a meu juízo estaria mais afim ao paradigma da simplificação com interesses de dominação. A Igreja da inquisição moderniza-se nas aparências, mas insiste em dogmas que ‘objetificam’ a mulher e defendem a heteronormatividade como regime único. Insisto, o paradigma de orientação feminista é temido pelo conhe-

cimento conservador, normatizador, que busca disciplinar corpos, vontades e principalmente o que mais teme, a constituição de “cidadanias insurgentes” (HOLSTON, 2013) jovens, contestadores e críticos:

O amadurecimento de uma “cidadania insurgente” com conotação de participação ativa, progressista e acento, repito feminista emancipacionista, ou seja um feminismo classista, antirracista que tem como frente mais imediata a emancipação política (conquista de direitos na ordem atual) e como horizonte a emancipação humana (a construção do socialismo)<sup>14</sup> é um desafio a ser enfrentado pelo trabalho formiguinha, debochado e informativo, aliando arte a educação política, mas a partir de problemas concretos das comunidades, coisa que as mulheres à esquerda estão bem gabaritadas, como cuidadoras e provedoras do presente e por um outro futuro. De mulher para mulher, compartilhando histórias cotidianas e desmentindo ideologias conservadoras, outra história pode ser contada e um projeto atento a necessidades e diversidades dos ditos diferentes, e subalternizados ser pavimentado. Rua, ação, combate à desinformação, atenção para dores e necessidades das trabalhadoras, das mulheres nas comunidades, no privado e no público, mobilizando afetos, a relação entre política, democracia, enfim um feminismo de corte emancipacionista, é muito mais que um movimento no aqui e agora, contra um golpe, é um golpe no patriarcalismo e no capitalismo.

Mais que disputas discursivas sobre paradigmas, estes são tempos de ataques ao pensar criticamente. Simplificar o complexo é tentar negar a possibilidade de cidadanias ativas, sujeitos por emancipação e sexualidades plurais

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Miriam; CUNHA, Ana Lúcia; CALAF, Priscila Pinto. Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latinoamericana, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2009

ARRAES, Jarid. A sexualidade da mulher negra. Disponível em: <blogueirasnegras/org. 2013>. Acesso em: 12 nov. 2018

CAMARANO, Ana Amélia. Fecundidade e Anticoncepção da População Jovem. In: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD). Jovens acontecendo nas Trilhas de Políticas Públicas. Brasília: CNPD/IPEA, 1998. p. 109-134.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; REIS MAGALHAES, Selma; NASCIMENTO SILVA, Karine. Juventude, Gênero, Sexualidade, Família e Escola: perfil da população escolar jovem de 15-29 anos, e expectativas em relação à escola – Bahia e Brasil. Estudos de caso com ênfase em percepções sobre formação escolar e o lugar da família e da escola quanto a sexualidade – Salvador e Jequié, Bahia. Projeto de Pesquisa aprovado pelo CNPq, em 2013. Entregue out. 2010. -não publicado.

CASTRO, Mary Garcia. Entre a Intenção e o Gesto ou Quão Interdisciplinar Somos? Ensaio sobre a Perspectiva Interdisciplinar e Estudo de Caso sobre uma Produção de Estudos no Campo de Família In Anais do CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de setembro de 2012, ISSN 2316-266X

FOUCAULT, Michel. A história da sexualidade. 11 eds. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GARCIA, Leila Posenato (Coord.). Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil. Brasília: Ipea, 2014.

GEBARA, Ivone. Uma rebelde no rebanho. Entrevista por Amanda MASSUELA. In: Revista Cult 221, ano 20, mar. 2017.

HOLSTON, James. Cidadania Insurgente. Disjunções da Democracia e da Modernidade no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

SAFFIOTI, Helleieth. Gênero Patriarcal, Violência. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2004.

UNFPA. United States Fund for Population. UNFPA Annual Report. 2013. Disponível em: <https://www.unfpa.org/publications/unfpa-annual-report-2013>. Acesso em: 22 jun. 2017.

VALADARES, Loreta. As Faces do Feminismo. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2007.

WASELFSZ, Júlio Jacobo. Mapa da Violência 2015. Caderno complementar 1: Homicídio de Mulheres no Brasil. Brasília: Presidência da República, 2016.

13 Relatório de gestão do exercício de 2013, Presidência da República, Secretária-geral, Secretaria Nacional de Juventude, 2013. Disponível em: <http://www.secretariadegoverno.gov.br/acesso-ainformacao/auditorias/relatorio-snj-2013->. Acesso em: 22 mar. 2017

14 Sobre feminismo emancipacionista, ver entre outros: VALADARES, 2007